

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

LELIO BENTES CORRÊA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 77, DE 27 DE OUTUBRO DE 2023.* (Republicação)

Dispõe sobre a publicação dos atos judiciais dos órgãos da Justiça do Trabalho no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN).

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** e do **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando que compete ao Tribunal Superior do Trabalho e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho expedir normas relacionadas aos sistemas de informática, no âmbito de suas competências;

considerando o disposto no art. 4º da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006, que autoriza a comunicação oficial dos atos processuais por meio eletrônico para quaisquer efeitos legais;

considerando o teor da Resolução n.º 455, editada pelo Conselho Nacional de Justiça, em 27 de abril de 2022, que institui o Portal de Serviços do Poder Judiciário (PSPJ), na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), para usuários externos, bem como regulamenta o Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e o Domicílio Judicial Eletrônico; e

considerando a necessidade de modernização do fluxo de envio de atos processuais para publicação,

RESOLVE:

Art. 1º O presente Ato Conjunto dispõe sobre a publicação dos atos judiciais produzidos pelos órgãos da Justiça do Trabalho no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), implantado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Seção I

Regras Gerais

Funcionamento do DJEN

Art. 2º O Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) passa, a partir de 1º de agosto de 2024, a ser o instrumento oficial de publicação dos atos enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe), para quaisquer efeitos legais, com exceção dos casos que exijam intimação ou vista pessoal. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

§ 1º Os atos mencionados no caput referem-se a acórdãos, sentenças, decisões, despachos, editais, intimações, bem como listas de distribuição e de redistribuição de processos. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

§ 2º No Tribunal Superior do Trabalho, as pautas das sessões de julgamento passarão a ser disponibilizadas no DJEN, a partir de 1º de agosto de 2024, e as atas das sessões de julgamento continuarão a ser disponibilizadas exclusivamente nos respectivos Cadernos Judiciários do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), enquanto não for desenvolvida funcionalidade para publicação no DJEN. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

§ 3º As atas e as pautas das sessões de julgamento nos Tribunais Regionais do Trabalho continuarão a ser disponibilizadas exclusivamente nos respectivos Cadernos Judiciários do DEJT, enquanto não for desenvolvida funcionalidade para publicação no DJEN. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

Art. 3º A disponibilização de matérias no DJEN será feita de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados nacionais e regionais registrados no sistema processual. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

§ 1º Os atos judiciais enviados até 22h29 serão disponibilizados no DJEN no primeiro dia útil seguinte. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

§ 2º O cancelamento de matérias enviadas para disponibilização deverá ser realizado pelo sistema PJe, até 23h59, do dia do envio. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

§ 3º A data considerada como de publicação será o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da matéria no DJEN, de acordo com o art. 4º, § 3º, da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

§ 4º O início da contagem dos prazos processuais coincidirá com o primeiro dia útil seguinte à data considerada de publicação, conforme preceitua

o art. 4º, § 4º, da Lei n.º 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

§ 5º As matérias disponibilizadas no DJEN não poderão ser modificadas ou suprimidas, ficando estabelecido que eventuais retificações deverão constar de nova publicação. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

§ 6º Poderá ser realizada, excepcionalmente, a exclusão de matéria disponibilizada no DJEN, mediante autorização expressa do respectivo Presidente do órgão da Justiça do Trabalho, quando o conteúdo veiculado: (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

I - for incompatível com a finalidade do DJEN; (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

II - estiver protegido por sigilo ou segredo de justiça. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

Art. 4º Durante o período de suspensão do prazo processual previsto no art. 775-A do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, com a redação dada pela Lei n.º 13.545, de 19 de dezembro de 2017, será mantida a disponibilização de matérias no DJEN, nos termos do art. 28 da Resolução CSJT n.º 185, de 24 de março de 2017, com a redação dada pela Resolução CSJT n.º 241, de 31 de maio de 2019.

Parágrafo único. As matérias disponibilizadas a que se refere o caput serão consideradas publicadas no primeiro dia útil seguinte ao do período de suspensão do prazo processual.

Art. 5º O Diário de Justiça Eletrônico Nacional estará disponível no sítio do Conselho Nacional de Justiça na internet, no seguinte endereço: <https://comunica.pje.jus.br/>.

Art. 6º A divulgação dos dados processuais no DJEN observará o sigilo ou o segredo de justiça, nos termos da legislação.

Art. 7º A responsabilidade pelo conteúdo enviado ao DJEN é da unidade que o produziu.

Seção II

Regras Transitórias

Funcionamento do DJET e do DJEN simultaneamente

Art. 8º Os atos enviados diretamente pelo sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) serão disponibilizados de forma simultânea e automática no Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT), até 31 de julho de 2024, com o objetivo de garantir a transição segura do DEJT para o DJEN a partir da data estabelecida no art. 2º deste Ato Conjunto. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

§ 1º Até a data prevista no caput, as publicações no DJEN terão caráter meramente informativo, sendo consideradas válidas para quaisquer efeitos legais as publicações no DEJT.

§ 2º O envio de matérias para disponibilização no DJEN e no DEJT simultaneamente somente será realizado pelo sistema PJe, observando-se o seguinte cronograma:

a) expedientes: a partir de 2 de maio de 2024; (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

b) listas de distribuição de processos: a partir de 1º de junho de 2024; e (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

c) pautas de sessão de julgamento e acórdãos: a partir de 1º de julho de 2024. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

§ 3º Durante a utilização das duas plataformas de divulgação, competirá às equipes que trabalham com o sistema PJe nos Tribunais e aos Gestores Regionais do DEJT monitorar a equivalência das publicações no DEJT e no DJEN, bem como repassar os resultados à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic) e à Gestão Nacional do DEJT no CSJT.

Art. 9º A disponibilização de matérias no DEJT e no DJEN será feita de segunda a sexta-feira, a partir das 19h, exceto nos feriados nacionais, mantendo a regra estabelecida no art. 7º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP n.º 15, de 5 de junho de 2008.

§ 1º O horário-limite para o envio de matérias para o DEJT e para o DJEN será 17h do dia da disponibilização.

§ 2º As matérias enviadas para o DEJT e para o DJEN após o horário limite previsto no § 1º deste artigo serão disponibilizadas no primeiro dia útil seguinte.

§ 3º O cancelamento de matérias enviadas para disponibilização no DEJT e no DJEN deverá ser realizado por meio do sistema PJe da Justiça do Trabalho, até o horário estabelecido no § 1º deste artigo.

Seção III

Disposições Finais

Art. 10 O DJEN substituirá os Cadernos Judiciários do DEJT, a partir de 1º de agosto de 2024, relativamente à publicação dos atos enviados pelo sistema PJe. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 14/2024).

Parágrafo único. As Corregedorias dos Tribunais da Justiça do Trabalho que publicam no DEJT, por meio do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe Cor), desenvolvido pelo CNJ, deverão adotar o DJEN como meio oficial de disponibilização de seus atos, a partir da data estabelecida no caput.

Art. 11 Ficam mantidas válidas, para quaisquer efeitos legais, as publicações de matérias judiciais no DEJT não relacionadas no art. 2º, § 1º, deste Ato Conjunto, encaminhadas por sistema diverso do PJe, até 31 de janeiro de 2025. (Alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

Art. 12 O Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho permanecerá como instrumento de publicação dos atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, bem como dos atos de gestão administrativa do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Parágrafo único. Os atos do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que tramitarem pelo sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) serão disponibilizados no DJEN. (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

Art. 12-A. As emendas regimentais, os atos regulamentares, as resoluções, as portarias, as atas das sessões solenes, as designações e os cancelamentos das sessões, os comunicados de realização de sessão administrativa, as autorizações para afastamento do país e outros atos produzidos nas áreas judiciárias e nas corregedorias da Justiça do Trabalho que contenham formato não recepcionado pela plataforma do DJEN serão disponibilizados no Caderno Administrativo do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (DEJT). (Inserido pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52/2024).

Art. 13 Os horários mencionados neste Ato correspondem ao horário oficial de Brasília - DF.

Art. 14 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, observados os procedimentos operacionais determinados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Art. 15 Este Ato Conjunto entra em vigor na data de sua publicação.

LELIO BENTES CORREA
Presidente

*Republicado nos termos do artigo 1º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 52, de 1º de agosto de 2024.

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP N.º 44, DE 3 DE JULHO DE 2024.* (Republicação)

Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de propor projeto institucional voltado ao fomento do trabalho decente para vendedores e vendedoras ambulantes, no âmbito da Justiça do Trabalho.

O **PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO** e do **CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o princípio da dignidade da pessoa humana, o valor social do trabalho, a proibição de todas as formas de discriminação e o direito à saúde e à segurança no trabalho (artigos 1º, inc. III e IV; 3º, IV; 6º; 7º, inc. XXII; 37 e 39, § 3º; 170, caput, da Constituição da República);

considerando a Convenção Interamericana sobre Toda Forma de Discriminação e Intolerância; a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; a Convenção n.º 111 da Organização Internacional do Trabalho e os Princípios de *Yogyakarta*;

considerando que a Organização Internacional do Trabalho reconheceu, por meio da Convenção n.º 190 e da Recomendação n.º 206, que a violência e o assédio com base no gênero afetam de forma desproporcional as mulheres e meninas, demandando para a sua erradicação uma "abordagem inclusiva, integrada e sensível ao gênero, que aborde as causas subjacentes e os fatores de risco, incluindo os estereótipos de gênero, a multiplicidade e a intersecção das formas de discriminação e a desigualdade das relações de poder com base no gênero";

considerando que Recomendação n.º 204 da Organização Internacional do Trabalho recorda que os déficits de trabalho decente são mais acentuados na economia informal, devendo os Estados Membros assegurar, por meio de um marco político integrado, a promoção da igualdade e a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, incluindo violência de gênero no local de trabalho; a elaboração de políticas de segurança e saúde no trabalho eficazes; a promoção de segurança de rendimento, compreendendo políticas de salários mínimos concebidas adequadamente; e o acesso eficaz à justiça, entre outros;

considerando a adesão do Poder Judiciário brasileiro ao "Pacto pela Implementação da Agenda 2030", que tem por Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a igualdade de gênero, o trabalho decente, o crescimento econômico e a redução das desigualdades, entre outros;

considerando que promover a valorização das pessoas, o trabalho decente e a sustentabilidade, bem como incentivar o respeito à diversidade são valores da Justiça do Trabalho, a teor do Plano Estratégico para o período de 2021 a 2026;

considerando que o meio ambiente do trabalho compreende o conjunto das condições internas e externas do local de trabalho e sua relação com a saúde e a segurança dos trabalhadores;

considerando, por fim, que o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) instituiu, por meio da Resolução n.º 324, de 11 de fevereiro de 2022, o Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho - Programa Trabalho Seguro, cujo objetivo é colaborar com a implementação de políticas públicas voltadas à defesa do meio ambiente, da segurança e da saúde no trabalho, mediante diálogo social e institucional;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de propor projeto institucional voltado ao fomento do trabalho decente para vendedores e vendedoras ambulantes, no âmbito da Justiça do Trabalho.